

## Implementação da Reforma do Ensino Médio no Distrito Federal: a percepção dos estudantes sobre a mudança curricular

Doralice Pereira de Assis <sup>1</sup>  
Guilherme Henrique Cruz Quevedo <sup>2</sup>  
Lucas Sales de Figueredo <sup>3</sup>  
Marcelo Pinheiro Cigales <sup>4</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a percepção dos estudantes de uma escola-piloto do Distrito Federal sobre a mudança curricular empreendida pela Reforma do Ensino Médio. Os dados foram coletados por meio de um questionário online, elaborado na plataforma Google Forms e disponibilizado aos alunos entre os meses de junho e agosto do ano de 2020, quando as escolas já se encontravam na modalidade remota emergencial. A construção e o envio do questionário foi uma iniciativa do Observatório da Educação e do Novo Ensino Médio, do qual fazemos parte por meio do projeto de extensão “Acompanhamento e análise da implementação do Novo Ensino Médio na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Distrito Federal”. Este projeto busca auxiliar no aprimoramento das práticas e compartilhamento de ideias sobre esse novo formato curricular, conhecendo as dinâmicas externas e internas à instituição escolar e auxiliando os cursos de formação de professores a pensar criticamente as práticas de ensino frente a nova estrutura educacional.

Este trabalho se concentra em uma única pergunta do questionário; a saber: “Como você enxerga o Ensino Médio antes e depois da reforma?”. A amostra foi composta por 72 estudantes de uma escola-piloto do Distrito Federal, para a qual o perfil típico eram as meninas (72,1%) de 15 e 16 anos (86,6%) e autodeclaradas pardas (56,96%), em sua maioria moradoras da região administrativa da escola (86%). As respostas à pergunta selecionada foram classificadas nas seguintes categorias: a) percepção positiva; b) percepção negativa; c) indiferentes; e d) outros. Dos respondentes, 41 (51,9%) foram alocados na “percepção positiva”, destacando a flexibilidade e o dinamismo na organização dos estudos. Segundo eles (as), a mudança curricular permite a

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília (UnB), graduanda em licenciatura em Ciências Sociais, preta, mulher cisgênero, Brasília - DF.

<sup>2</sup> Universidade de Brasília (UnB), graduando em licenciatura em Ciências Sociais, preto, homem cisgênero, Sobradinho II – DF.

<sup>3</sup> Universidade de Brasília (UnB), graduando do curso de licenciatura em Ciências Sociais, branco, homem cisgênero, Riacho Fundo II – DF.

<sup>4</sup> Professor orientador: Universidade de Brasília (UnB), doutor em sociologia política, branco, homem cisgênero, Brasília– DF.

ênfase em interesses pessoais. Em contrapartida, um grupo de 7 respondentes (8,8%) foram alocados na “percepção negativa”. Entre eles, os principais pontos elencados foram a dificuldade com o aumento do número de disciplinas e o tempo de aula reduzido. Um outro grupo de 10 estudantes (12,6%) foram definidos como “indiferentes”, mobilizando adjetivos como “regular” e “normal” para expressarem as suas percepções. Por fim, um outro grupo de 10 estudantes foram classificados como “outros”, compartilham a sensação de estarem perdidos e confusos com as mudanças, ao ponto de alguns deles confundirem a Reforma com o Ensino Remoto.

A pesquisa demonstra que parte significativa dos respondentes estão otimistas com a Reforma, o que pode estar atrelado a um forte discurso produzido no campo midiático. Essa hipótese se reforça com o exame das respostas, nas quais podem ser encontradas a reprodução dos conteúdos e das categorias empregadas em defesa da Reforma; como nos seguintes exemplos: a) “Foi uma reforma que, apesar de ser vista com más olhos pelas pessoas que só ouviram falar, foi e é uma Revolução na educação”; b) “antes era uma coisa mais padronizada, agora podemos incluir nossos interesses”. Esse argumento de uma adaptação da organização curricular a fim de tornar o ensino médio mais atrativo aos estudantes, colocando em último plano os debates sobre o acesso e a qualidade do ensino, não são particulares do discurso midiático e de algumas respostas dos alunos, mas, como bem pontua Ferretti (2018), figura entre as justificativas presentes na primeira versão da Reforma: a MP 746/2016. Além disso, cabe resgatarmos Michetti (2020), que, ao analisar o processo de construção da BNCC, demonstra a importância de se observar os mecanismos pelos quais um projeto de ensino nacional alcança a legitimidade, colocando em cena a ideia de “estratégias de consensualização”, que lança os nossos olhares sobre os fenômenos do participacionismo e da “oposição consentida” (FERNANDES, 1977).

## REFERÊNCIAS

- FERRETTI, C. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 32, n.93, p.25-42, 2018.
- FERNANDES, F. A sociologia como contestação. Em **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 127-139.
- MICHETTI, M. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, n. 102, 2020.